

A indústria no distrito de Évora, 1836-90

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das comunicações e das técnicas de comercialização verificado no século XIX aumentou o comércio inter-regiões e, consequentemente, a influência que Lisboa e Porto exerciam sobre as regiões que lhes eram periféricas.

A abertura dos mercados locais acarretou uma concorrência tecnológica desigual, que desencadeou processos de desindustrialização em algumas regiões interiores que, dependentes de formas tradicionais de produção, foram incapazes de reverter a sua produção em função quer das novas tecnologias, quer da alteração dos padrões de consumo. A dependência dos recursos naturais, agravada pela falta de capitais e pela ausência de uma cultura técnica, condenou a indústria destas regiões a cederem os seus mercados às indústrias dos grandes centros industriais.

Neste trabalho pretende-se fazer uma primeira abordagem da evolução da indústria no distrito de Évora, no período que decorreu desde 1836 até à última década do século XIX, procurando-se estabelecer alguns dos problemas que a abertura do mercado local e a concorrência com indústrias tecnicamente melhor apetrechadas colocaram à indústria da região.

A escolha do distrito de Évora como unidade de estudo, se bem que o mesmo fosse uma unidade administrativa, foi determinada pelas fontes utilizadas, o que à partida condicionou a análise, uma vez que muitos dos concelhos que englobam este distrito têm uma interdependência económica importante com concelhos que lhes são limítrofes, mas que pertencem a outros distritos e que, portanto, não foram considerados.

A análise do acervo documental encontrado no Arquivo Distrital de Évora permitiu-nos verificar que ao longo do século XIX se realizou um número maior de inquéritos à indústria do que aquele que normalmente é referido. Por esta razão optámos por introduzir um ponto prévio no qual se dá conta dos inquéritos que serviram de base a este estudo.

* Universidade de Évora.

OS INQUÉRITOS À INDÚSTRIA

Ao longo do século XIX, a preocupação com algumas questões como a concorrência estrangeira e as pautas aduaneiras determinaram que as autoridades centrais solicitassem aos administradores dos distritos informações sobre as fábricas e oficinas das regiões sobre as quais exerciam a sua jurisdição.

A Pauta de 1837 teve por objectivo proteger a indústria nacional; daí a preocupação do Governo de ter um «conhecimento regular e sucessivo não só do número e estado das fábricas e oficinas existentes no Continente do Reino, e Ilhas adjacentes, mas igualmente das que se forem estabelecendo, bem como da influência produzida pela nova Pauta das Alfândegas sobre a indústria manufactora e agrícola»¹. Aos governadores civis competia o envio anual destas informações para a Repartição das Alfândegas e Impostos Indirectos do Tribunal do Tesouro Público.

Esta tentativa de um levantamento da indústria não teve uma resposta imediata, apesar dos esforços feitos nesse sentido por alguns administradores-gerais dos distritos, como aconteceu com o de Évora, que oficiou aos concelhos sob a sua jurisdição para enviarem as informações pedidas². Mas as dificuldades na organização do poder local — vejam-se as eleições concelhias sucessivamente adiadas, o desconhecimento da Pauta, da qual em 27 de Julho de 1838 não existia nenhum exemplar nem na Câmara de Évora nem na administração central do distrito — tardaram o cumprimento do estipulado. Além disso, nessa altura, como nos anos seguintes, as autoridades locais confrontaram-se, quer com dúvidas no preenchimento dos mapas, quer com dificuldades em comunicar com as povoações mais distantes da sede do concelho, quer ainda com a incapacidade dos funcionários subalternos de executarem o que se lhes pedia³.

Em 1839, na sequência de um requerimento da Câmara dos Deputados, ordenou-se novamente o inquérito à «indústria agrícola, fabril e comercial», com vista a obter para cada indústria informações sobre «a extensão do con-

¹ «Carta enviada pela Secretaria de Estado do Reino para o governador civil do distrito de Évora», de 17 de Outubro de 1837, Arquivo Distrital de Évora, núcleo do Governo Civil, maço 642.

² «Sendo necessário conhecer-se o augmento, e melhoramento que a indústria agrícola e manufactureira tem experimentado nestes últimos tempos com o benefício da nova Pauta das Alfândegas, aprovada por Decreto de 10 de Janeiro do anno proximo passado, afim de servirem taes esclarecimentos de bases positivas ao futuro Orçamento que deve ser apresentado ao corpo legislativo: queirão V. Sras [...] informar-me d'quaes tenham sido para este concelho os efeitos da citada pauta refferindo, quando beneficios a utilidade que resultou para a indústria agrícola e manufactureira deste concelho, e apontando quando menos proveitozos, os inconvenientes que da Pauta se originarão, e meios de os evitar para o futuro, quer elles sejam legislativos, quer regulamentares.» («Carta do administrador geral do distrito de Évora para os vereadores da Câmara de Évora», 21 de Julho de 1838, ADE, ACME, livro 100.)

³ «he forçozo confessar a V. Exa que semelhantes demoras dependem, em objectos desta e idêntica qualidade da mediata irrezolução dos Agentes subalternos, que por não entenderem muitas vezes o que se pede, delongão o expediente.» («Carta do administrador do concelho de Portel para o governador civil de Évora», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 55.)

sumo interno e externo dos respectivos produtos industriais — as despesas e dificuldades do seu transporte por mar e terra — a produção anual — número de operários ou jornaleiros — o preço dos salários — os impostos directos ou indirectos a que está sujeita — suas vantagens e inconvenientes, e as causas de ambos — seu processo mecânico — e as variações periódicas que experimentam o consumo, os salários, o preço dos produtos, o das diferentes qualidades do mesmo produto, e o de todas as matérias-primas que formam a base deste [...]»⁴.

A fim de garantir uniformidade nas declarações prestadas, foram distribuídos dois modelos de mapas: um destinado às fábricas estabelecidas até Janeiro de 1837 e outro destinado às fábricas estabelecidas a partir dessa data⁵.

As dificuldades que implicava o levantamento da indústria estão patentes no tempo que decorreu até ao envio dos mapas solicitados. Em Setembro de 1840, Rodrigo da Fonseca Magalhães voltou a solicitar, pela 3.ª Repartição do Ministério do Reino, o envio dos mapas para satisfazer a requisição que a Câmara dos Deputados fizera ao Ministério da Fazenda, informação novamente pedida em Setembro de 1841⁶. Foi talvez o atraso das repostas e a dificuldade de compilar os resultados que terão levado o ministro do Reino da altura a considerar este inquérito uma «tentativa infeliz», tanto mais que os «resultados parciais e incompletos d'esta tentativa não chegaram a ser reunidos e publicados oficialmente»⁷.

Em 1845, o Ministério do Reino, desejando ter «um conhecimento exacto do número e qualidade das Fábricas que existem em cada um dos Distritos do Continente do Reino e Ilhas adjacentes, bem como de todas as circunstâncias por onde se possa calcular o progresso da nossa indústria fabril»⁸, enviou aos governadores civis mapas para serem distribuídos pelos administradores dos concelhos.

Não conhecemos as razões directas que estiveram na origem do inquérito realizado em 1849. Tal como em casos anteriores, foi na altura distribuído um modelo de mapa com vista a obter uniformidade nas respostas que deviam referir dados como o número de pessoas empregues, a força motriz, as matérias-primas utilizadas, o valor da produção e o estado das fábricas e oficinas. Por ignorância ou receio de serem afectados com mais impostos, muitos dos oficiais dos vários officios responderam incorrectamente, como

⁴ Portaria de 19 de Abril de 1839.

⁵ Portaria de 2 de Novembro de 1839.

⁶ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 642.

⁷ *Resumo do Inquerito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. XVIII.

⁸ «Circular do Ministério do Reino datada de 25 de Outubro de 1845», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 246.

Este inquérito foi já analisado por Joel Serrão, «Indústria e industrialização», in *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Ed. Horizonte, 1980, pp. 79-85, por David Justino, *A Formação do Mercado Nacional, 1850-1913*, Lisboa, Ed. Vega, 1986, e por Fátima Bonifácio, «A indústria portuguesa na viragem da década de 1830 para 1840», comunicação apresentada no Seminário de História Económica de Portugal (1800-1950), realizado em Tróia, em Maio de 1990.

aconteceu no concelho de Viana, onde o valor da produção foi de tal forma subavaliado que não cobria sequer o valor das matérias-primas, razão por que o governador civil de Évora exigiu novas informações⁹.

Na década de 50 procedeu-se a quatro inquéritos, dois dos quais foram realizados em 1852, enquanto os outros dois ocorreram em 1857. Um dos inquéritos realizados em 1852 visava obter informações relativas às máquinas de vapor existentes em cada distrito¹⁰, enquanto o outro teve por objectivo verificar o estado de instrução da classe operária, pois se considerava que a falta de instrução dos operários era um dos factores que tratavam o desenvolvimento industrial do País. No entanto, Joaquim Larcher, na altura responsável pela Direcção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, tinha consciência de que, para se ter um conhecimento exacto do estado de instrução da classe operária, se tornava necessário um recenseamento prévio da indústria. «Não se exige por em quanto uma estatística completa do estado actual da instrução das classes operárias. Uma estatística tal não poderia conseguir-se desde já, e somente se poderá obter depois de completo o recenseamento da indústria fabril — ao qual, este Ministério vae brevemente proceder.»¹¹

Para a realização deste recenseamento previa-se que no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, criado por Decreto de 30 de Agosto desse ano, existisse uma secção destinada à estatística industrial. No entanto, só em 1857, por Decreto de 8 de Agosto, foi criada uma Comissão de Estatística ligada ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria «com o fim de organizar o plano geral da estatística em todos os ramos da administração pública, superintender na execução do mesmo plano, e centralizar a publicação dos trabalhos estatísticos»¹².

É possível que tenha sido na sequência da criação desta comissão que, em 21 de Setembro desse ano, a Repartição das Manufacturas tenha enviado

⁹ O administrador do concelho de Viana refere na carta enviada ao governador civil do distrito de Évora datada de 7 de Abril de 1851; «[...] mandei perante mim reunir e ouvir os officiais de maior tráfico das officinas em que o valor dos artefactos das mesmas era inferior ao das matérias-primas, para com eles poder melhor calcular os preditos valores dos artefactos», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 875.

¹⁰ Em Novembro de 1852, Joaquim Larcher envia uma circular a todos os governadores civis do Reino e Ilhas Adjacentes, solicitando-lhes «uma nota das machinas a vapor que existem no distrito do cargo de V. Ex.^a, devendo a referida nota conter, com referência a cada uma das máquinas o seguinte: Ano em que foi assente; Força; Lugar em que foi construída; Qualidade da fábrica em que trabalha» (*Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria*, n.º 5, Novembro de 1853, p. 67).

¹¹ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 510. A preocupação manifestada nesta altura por Joaquim Larcher era já visível nas posições que assume, em 1836, na Câmara dos Deputados. Na sessão de 27 de Janeiro desse ano defende que «a pauta deve ser olhada debaixo de outro ponto de vista muito mais interessante, isto é, em relação ao estado da nossa indústria, e agricultura [...] A harmonia que deve existir entre as pautas e o estado da indústria e das forças produtivas de um paiz é que torna as pautas summamente difficil» (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 246).

¹² *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria*, n.º 10, Outubro de 1857, p. 477.

para o Governo Civil de Évora mapas destinados ao recenseamento dos estabelecimentos fabris existentes em cada concelho. Quando Joaquim Larcher remeteu aos governadores civis esses mapas, referiu que «A necessidade d'este trabalho é sentida tanto pelo governo como pelos interessados na indústria [...] Nas circunstâncias actuais em que o governo projecta uma reforma da Pauta Geral das Alfândegas, ainda se torna mais urgente e valioso o conhecimento da situação actual da nossa indústria»¹³.

A partir de Outubro começaram a chegar ao Governo Civil de Évora as respostas dos concelhos, as quais se baseavam nas informações prestadas pelos proprietários dos vários estabelecimentos fabris. Este facto e, provavelmente, a falta de informações sobre outras zonas do País levaram os contemporâneos a considerar que, relativamente à estatística do Reino, «As tentativas que n'esta importante parte da administração pública de Portugal têm feito principalmente nos últimos tempos, teem-se ressentido da imperfeição dos métodos de indagação, e da falta de contraprova escrupulosa»¹⁴. Daí que se tenha incumbido a Comissão Revisora da Pauta Geral das Alfândegas, criada por Decreto de 25 de Outubro de 1859, de proceder ao levantamento das fábricas e oficinas do País, à recolha de informações acerca da produção, do consumo e da exportação dos diversos produtos industriais, ao estudo da importação dos produtos industriais estrangeiros e à análise das consequências que teria nos rendimentos do Estado a alteração dos artigos da Pauta em vigor. Para maior operacionalidade, a Comissão, composta por nove membros, dividiu-se em secções, a primeira das quais, constituída pelo visconde de Castelões, por Fradesso da Silveira e por José Alexandre Rodrigues, devia analisar as questões relativas à formação da estatística das fábricas e oficinas e recolher informações sobre a sua produção, consumo e exportação¹⁵. Mas, tanto quanto sabemos, esta comissão não procedeu a um levantamento à escala nacional, conhecendo-se apenas relatórios parciais, como o relativo à indústria dos lanifícios, da autoria de Fradesso da Silveira, ou os relativos aos distritos de Coimbra, Aveiro, Funchal e Leiria, que foram publicados ao longo da década de 60.

Em 1858 fez-se também um levantamento das máquinas de vapor existentes no final de 1857 em cada concelho do País. Pretendia-se com este levantamento obter os dados que permitissem a comparação com os de 1852. Como referia, em 1857, José Ribeiro e Sá, «os trabalhos desta ordem para serem profícuos, se devem organizar de annos a annos, ou em um período largo, que possa admittir comparação, pareceu que o período de 5 annos deveria ser adoptado em Portugal para este recenseamento da grande indústria»¹⁶.

¹³ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 110.

¹⁴ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria*, n.º 11, Novembro de 1859, p. 572.

¹⁵ *Ibid.*, p. 575.

¹⁶ Sebastião José Ribeiro e Sá, *Relatório da Repartição de Manufacturas do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria, Apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro e Secretário d'Estado Respectivo*, Lisboa, Imprensa União Typographica, 1857, p. 9.

A receita das alfândegas era um dos rendimentos fundamentais do Governo. Daí a preocupação com a diminuição da receita da Alfândega do Porto, que, de um rendimento de 2 436 984\$993 em 1865, passou para 1 918 533\$123 em 1866¹⁷, o que levou à criação, por Portaria de 11 de Janeiro de 1867, de uma comissão destinada a averiguar as causas da diminuição da receita. Terá sido talvez o peso que a importação de têxteis de lã, seda e algodão tinha nas importações que levou esta comissão a averiguar, junto dos governadores civis dos distritos, a «produção annual (por qualidade) das nossas fábricas de lans, seda e algodão desde 1860»¹⁸. A preocupação de averiguar a produção das fábricas de têxteis não deve ter sido estranha a grave crise que, na sequência da Guerra da Secessão dos Estados Unidos, sofreu este sector. A falta de algodão determinou uma maior procura de lã e linho e, conseqüentemente, uma substituição de determinados produtos até aí feitos de algodão por produtos similares de lã e linho. É possível que o inquérito procurasse também averiguar se a sobrevivência das fábricas perante a crise passara por uma reconversão da qualidade dos produtos fabricados.

Em Outubro de 1873, o Ministério das Obras Públicas solicitou ao governador civil do distrito de Évora que lhe enviasse informações relativas às fábricas de tecidos existentes no distrito. Estas informações deviam indicar o número de fábricas existentes e a sua designação o valor da produção de cada uma delas, o número de operários, os salários, o número de horas de trabalho e o aumento da produção nos últimos 5 anos. Na sequência da resposta do governador civil de Évora, na qual este referiu que no seu distrito não existiam fábricas propriamente ditas, o Ministério pediu esclarecimentos sobre os tecidos «que não resultando propriamente da indústria fabril eram apenas produtos da indústria caseira»¹⁹.

O ano de 1876 foi marcado por uma grave crise que afectou os vários sectores da economia²⁰. A crise monetária e financeira teve, obviamente, conseqüências ao nível da indústria, razão por que a Comissão, criada por Decreto de 21 de Novembro de 1876 e destinada a investigar as origens e causas da crise, pediu à Direcção-Geral do Comércio e Indústria os seguintes dados: «Relação por distritos administrativos das fábricas e officinas de certa importância estabelecidas desde Janeiro de 1871, com designação do capital com que se fundaram, e bem assim nota dos argumentos e melhoramentos realizados nas oficinas e fábricas que já existiam antes d'aquella data com especificação das sommas gastas nesses melhoramentos, sendo possí-

¹⁷ João Gualberto de Barros e Cunha, *Relatório Apresentado à Câmara dos Srs. Deputados da Nação Portuguesa na Sessão de 1878*, Lisboa, Typ. Lallermant Frères, 1878.

¹⁸ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 510.

¹⁹ «Cartas para o governador civil do distrito de Évora», 3 de Outubro e 1 de Janeiro de 1873, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 227.

²⁰ Vários autores analisaram esta crise, nomeadamente Miriam Halpern Pereira, Armando de Castro, Manuel Villaverde Cabral e David Justino.

vel saber-se.»²¹ As respostas dos concelhos, de que não encontramos, por enquanto, a do de Évora, limitaram-se a verificar que desde 1871 se não criou nenhuma fábrica ou oficina «daquellas a que se refere o officio da comissão».

Em 1881 realizou-se um inquérito à indústria que visava abranger o País na sua totalidade, mas não só em 89% dos questionários ficaram por responder, como grandes estabelecimentos industriais foram omitidos, enquanto «pequenas e insignificantes officinas» foram recenseadas.

Sete anos depois, a Direcção-Geral do Comércio e Indústria, «querendo augmentar quanto possível a esphera dos factos que teem cabimento no 'Anuário Estatístico de Portugal'»²², de que tinha publicado o primeiro número em 1875, pede aos vários governadores civis informações sobre as fábricas, oficinas e máquinas de vapor existentes nos distritos.

No final da década de 90 decreta-se, em 19 de Abril, um novo inquérito à indústria. Este inquérito devia abranger as grandes e pequenas indústrias fabris ou manufactureiras, sendo extensivo às oficinas e aos casos em que um ou mais operários exercessem no domicílio a sua actividade. Publicado no ano seguinte, também este inquérito tem limitações, quer pela ausência de alguns estabelecimentos, quer pela omissão de alguns dados relativos aos estabelecimentos recenseados.

As dificuldades resultantes da utilização deste tipo de fontes foram já várias vezes referidas. Apesar da preocupação manifestada pelas autoridades quer centrais, quer locais, em obter informações precisas e uniformes, enviando inclusive mapas-modelo para serem preenchidos de acordo com os itens estipulados, a verdade é que não só as informações pedidas variaram ao longo dos anos, como, muitas vezes, os espaços destinados a uma dada informação ficaram por preencher, umas vezes por incapacidade dos funcionários que tinham procedido ao seu levantamento, outras por omissão das informações por parte dos fabricantes, como aconteceu, por exemplo, em Montemor em 1859, «pois que logo aos primeiros se exigirão taes esclarecimentos [informações relativas aos valores das matérias-primas e da produção] commecçou logo o murmurio de que se pedião taes esclarecimentos para serem subcarregados com mais tributos; pelo que todos os restantes se negarão a da-los uzando cada hum de sua evaziva»²³.

Por seu lado, a indefinição do conceito de fábrica fez que umas vezes só se incluíssem sob essa designação os estabelecimentos de maiores dimensões e que outras vezes fossem consideradas como fábricas pequenas oficinas que empregavam apenas 1, 2 ou 3 operários. As oficinas de curtumes, por exemplo, são normalmente referidas como fábricas, apesar do número extrema-

²¹ «Carta do director da Direcção Geral do Comércio e Indústria, R. Morais Soares, dirigida ao governador civil de Évora», 19 de Dezembro de 1876, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 263.

²² «Carta da Direcção Geral do Comércio e Indústria para o governador civil de Évora», de 11 de Novembro de 1859, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 271.

²³ «Carta do administrador do concelho de Montemor para o governador civil de Évora», 5 de Janeiro de 1850, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 104.

mente pequeno de operários que trabalham em algumas delas. Esta prática, mais ou menos generalizada no distrito, pode ter na origem razões concretas, como a própria dimensão dos estabelecimentos, necessária para albergar os tanques destinados ao curtimento das peles. Foi talvez uma maior dimensão dos estabelecimentos que fez que, em muitos casos, os lagares e fornos fossem considerados fábricas.

A manutenção de importantes centros de indústria doméstica levantou também algumas dificuldades relativamente à sua classificação. Em 1839, o administrador do concelho de Reguengos expõe as suas dúvidas sobre o que deve recensear como fábricas, «sendo esta dúvida fundada sobre se estão ou não, na razão de Fábricas propriamente ditas os tráficos de lanifícios, ou fábricas de saragoças, estemanhas e chapéos, que nesta Povoação têm grande uzo e giro, mas exercido por cada um em sua casa, sem uma onde se reunão os respectivos operários de cada uma das mencionadas repartições»²⁴.

A INDÚSTRIA NO DISTRITO DE ÉVORA

A agitação política que marcou as décadas de 20 e 30 do século XIX teve consequências ao nível económico, nomeadamente pela desorganização dos transportes e, conseqüentemente, dos mercados em que tradicionalmente as indústrias adquiriam as matérias-primas de que necessitavam e para os quais escoavam os seus produtos.

Assim, só em 1836 a fábrica de curtumes de José Francisco Agnello da Silva Gazo, localizada em Estremoz, recomeçava a sua laboração, após um interregno de 7 anos provocado pela «uzurpação, que entre outros males lhe distraiu os empregados e lhe vedou as comunicações com a capital, donde transportava a courama em verde»²⁵. Do mesmo modo, a fábrica de José Nicolau Infante da Cunha, também situada em Estremoz, posto que produziu 2000 couros e solas, estava «em abatimento desde 1828 com relação aos 10 anos antecedentes», não tendo «experimentado melhoramentos até hoje pela falta de extracção dos seus produtos»²⁶.

De falta de escoamento dos produtos se queixam igualmente os fabricantes de saragoças do Redondo, «cujo fabrico pode ser muito maior quando a fazenda tenha maior distração» e, conseqüentemente, os proprietários dos cinco pisões de Estremoz, onde normalmente eram apisoados os tecidos fabricados no Redondo. No Pisão da Cova, «os melhoramentos recebidos nos últimos 2 anos a esta parte, posto que reaes em relação ao infausto período de 28 a 34, não são todavia consideráveis pela falta de consumo»²⁷.

²⁴ «Carta do administrador do concelho de Reguengos para o governador civil de Évora», 4 de Novembro de 1839, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 55.

²⁵ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 494.

²⁶ Id.

²⁷ Id.

Além das fábricas de curtumes, tinham também existido em Estremoz uma fábrica de sabão mole e uma fábrica de louça de pó-de-pedra grosso. Esta última encontrava-se parada desde há cerca de 10 ou 12 anos devido à falta de um director e de «capitais suficientes» por parte da sua proprietária, Mariana Rita de Carvalho. A fábrica de sabão, pertencente a Sebastião de Almeida Saldanha e Fonseca, que nos últimos anos da sua laboração produzia sabão no valor de 16 384\$000 anuais, deixara de trabalhar devido ao contrato dos sabões. De acordo com o depoimento do administrador do concelho, «A existência d'esta fábrica hera muito conveniente desta Província e particularmente deste concelho pelo consumo dos géneros mencionados, bem como pelo abastecimento d'aquelle produto que evitava o grande contrabando que sofre o contracto geral nesta Província»²⁸.

Uma localização menos interior não favorecera Montemor no escoamento dos produtos das suas duas fábricas de sola, que produziam 1300 couros de solas, 300 atanados, 35 dúzias de cordovões e 40 dúzias de carneiras, mas que eram susceptíveis de curtir mais.

No início de 1837, a totalidade de estabelecimentos destinados ao curtimento de peles existentes no distrito de Évora ascendiam a 15, os quais produziam manufacturas no valor total de 11 365\$080 e empregavam 48 pessoas. A maioria destas oficinas encontrava-se decadente, contribuindo para essa situação a dificuldade em obter capitais e matérias-primas, como invocaram na altura os fabricantes de Évora, e a falta de consumo que limitava os montantes produzidos e obrigava a manter capitais empatados em *stocks*, como acontecia, por exemplo, em Vila Viçosa, onde nas fábricas existiam «muitos dos seus artefactos por falta de exportação»²⁹.

Mas, se, em 1939, a falta de consumo não afectava ainda significativamente a produção de curtumes do concelho de Évora, que se destinava a um mercado local de maiores dimensões, a situação altera-se até 1845. Nesta altura, «devido a ter-se aumentado este ramo da indústria em toda a província e Reino de maneira que as fábricas de Lisboa, principalmente a estabelecida por José Pereira Palha metem nesta Província grande número de fazenda e esta abundância diminui o consumo da manufacturada nas Fábricas do Concelho»³⁰. Na década de 50, o alto preço da pelaria, «em consequência da sua grande exportação para Espanha», agravou as condições de concorrência dos produtos fabricados no distrito em relação aos produzidos noutros pontos do País, em que «outros elementos favorecem taes estabelecimentos»³¹.

²⁸ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 494.

²⁹ Id.

³⁰ «Relação das fábricas existentes no distrito em 1845», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 246.

Segundo Fátima Bonifácio, é sobretudo a partir de 1840 que se intensifica o surto industrial de Lisboa: «A indústria portuguesa na viragem da década de 1830 para 1840», comunicação apresentada no Seminário de História Económica de Portugal (1800-1950), realizado em Tróia, em Maio de 1990.

³¹ Ibid.

Em Vila Viçosa, onde o sumagre era utilizado no fabrico de sola branca, atanados e curtimento de peles, a produção era ainda afectada pelo preço deste produto, o qual, importado de Espanha e «onerado nas nossas alfândegas com o direito de 300 reis em arroba, colloca os Fabricantes na dura precisão de augmentar os preços às suas manufacturas e não as poderem vender pelos commodos preços de outras Fábricas»³². O preço dos produtos era também agravado pelo facto de se terem extinguido os privilégios que anteriormente se concediam aos operários destas fábricas, o que tinha obrigado a aumentar os salários³³.

O interesse crescente pela indústria de cortiça levantava algumas preocupações aos fabricantes de curtumes, uma vez que a casca de sobro era uma matéria-prima indispensável para o curtimento das peles e este produto começava a ser escasso pela grande extracção, de que resultava «diminuição na grossura da casca», ao mesmo tempo que o seu preço tendia a subir. Em 1881, António Manuel Gançoso mantinha em Évora uma oficina de curtumes, na qual empregava 3 a 4 operários, «mais para conservar empregados antigos do que com mira de interesse», devido à carestia sempre crescente da casca de sobro, que tornava esta actividade pouco rendível, não se justificando, por isso, investimentos, para os quais estes pequenos industriais não possuíam capitais, no processo de fabrico. Assim, o curtimento das peles continuava a ser feito em tanques por meio de casca de sobro e cal dura, durante 4 a 5 meses, de acordo com método tradicional³⁴.

O alto preço das matérias-primas e a falta de capitais não permitiram que os proprietários destes estabelecimentos introduzissem melhoramentos técnicos que os tornassem concorrenciais e, a partir da década de 30 do século XIX, a indústria de curtumes conheceu, no distrito de Évora, um período de estagnação e de decadência relativamente a épocas anteriores, desfasando-se do desenvolvimento técnico que a mesma conhece noutros pontos do País.

Número de estabelecimentos destinados ao curtimento de peles e fabrico de solas

Concelho	1837	1845	1853	1858	1881	1888	1890
Arraiolos	1	—	—	—	—	—	—
Estremoz	1	—	—	—	1	1	2
Évora	9	7	10	7	2	3	3
Montemor	2	2	1	1	—	1	—
Redondo	—	—	—	—	—	1	—
Vila Viçosa	2	2	3	2	3	2	5
Total	15	11	14	10	6	8	10

³² Fátima Bonifácio, «A indústria portuguesa [...]».

³³ «Relação das fábricas estabelecidas n'este concelho [Estremoz] até ao 1.º de Janeiro de 1837», 13 de Novembro de 1839, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 175.

³⁴ *Inquérito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, parte II, vol. III, p. 15.

Em 1865, quando a Associação de Sapateiros Lisbonenses pede a diminuição dos direitos de importação de peles, os fabricantes de curtumes de Lisboa e de Alcanena, no distrito de Santarém, insurgem-se contra este pedido, argumentando que os produtos de algumas fábricas do País «podem competir vantajosamente no mercado com os de importação estrangeira»³⁵.

A partir da década de 40 do século passado, a indústria de cortiça desenvolveu-se de forma significativa no distrito de Évora.

O surgimento das primeiras fábricas de cortiça deveu-se à iniciativa de um inglês, Tomás Reynolds, que em 1844 funda uma fábrica em Estremoz, onde na altura trabalhavam entre 60 e 70 operários, iniciando no ano seguinte o estabelecimento de uma outra fábrica na Azaruja. Sobre o estabelecimento desta fábrica se pronunciou o governador civil da altura, considerando que a mesma «pode vir a ser summamente interessante por dar emprego a uma matéria prima inda ha poucos annos inaproveitável; pelos numerosos capitais que emprega; e ultimamente por deixar no país o valor da mão d'obra»³⁶.

A direcção técnica da fábrica, instalada na Azaruja, foi entregue ao catalão André Camps, razão por que a fabricação de rolhas se processava de acordo com o método catalão ou de cutelo fixo. Nesta fábrica, o trabalho de talhar e escolher a cortiça segundo as suas variedades era, em 1845, executado por 8 catalães provenientes de Barcelona, aguardando-se a chegada de novos operários, também catalães, para se dar início ao fabrico de rolhas. Nesta mesma altura, embora existissem 15 a 16 operários, igualmente provenientes da Catalunha, na fábrica de Estremoz, a maioria dos operários era nacional. No entanto, em 1852, dos 71 operários existentes na fábrica, 57 homens e 10 menores eram hespanhóis, o que pode pressupor a dificuldade dos operários portugueses em trabalhar a cortiça segundo uma técnica que lhes era desconhecida.

O desenvolvimento que a indústria de fabricação de rolhas de cortiça conheceu na Azaruja tornou esta localidade um ponto de referência dos operários rolheiros. «Perguntad a la mayor parte de los fabricantes de Portugal, encargados, gefes de taller y operários adonde aprendieron a fabricar corcho; y os responderan: en Azaruja.»³⁷

Além da fábrica de Tomás Reynolds, funcionaram na Azaruja outras fábricas, como a de Francisco Joaquim da Fonseca & C.^a e a de Freire & Camps, as quais se encontravam já encerradas em 1880. Nesta altura, à excepção da fábrica dos herdeiros de Reynolds, as fábricas que se mantinham na localidade eram todas de pequenas dimensões e vendiam a totalidade da sua produção à firma Sória, Villardebó & C.^a, situada em Évora.

³⁵ *Inquérito Industrial de 1865. Actas das Sessões da Comissão de Inquérito*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 64.

³⁶ «Relação das fábricas existentes no distrito de Évora em 1845», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 246.

³⁷ Andrés Camps, *Pasado, Presente y Futuro del Corcho y su industria en España y Portugal*, Évora, Typ. de Francisco de Cunha Bravo, 1880, p. 6.

No início da década de 80, a indústria de fabricação de rolhas acusava já dificuldades em escoar os seus produtos. Facto que se devia, quer ao desenvolvimento técnico que esta indústria conheceu noutros países, quer às políticas proteccionistas vigentes na maior parte dos países europeus. Como consequência desta situação, o fabrico de rolhas tendia, de acordo com o depoimento de Guilherme Reynolds, a diminuir, ao mesmo tempo que a exportação da cortiça em prancha assumia uma importância crescente, o que levou os principais industriais e comerciantes ligados à cortiça a defenderem que a exportação de cortiça em prancha fosse livre de direitos³⁸.

O facto de o mercado inglês ser o único em que a entrada das rolhas de cortiça não era afectada por pesados impostos favoreceu a firma Sória, Villarbedó & C.^a, criada em 1876, que, além de possuir uma pequena fábrica de cortiça, na qual trabalhavam, em 1881, 20 homens e 5 menores, era uma importante casa comercial. Esta firma comprava a produção de outras fábricas existentes na região, como acontecia com as pequenas fábricas estabelecidas na Azaruja ou com a Fábrica de João da Silva Tavares, em Estremoz, que enviava depois, conjuntamente com a produção da sua fábrica, para Londres, onde se situava a sede da firma.

Fábricas de cortiça

Concelho	Proprietário	Data de fundação	Número de operários				
			1845	1852	1858	1881	1890
Estremoz	Tomás Reynolds	1844	60 a 70	71	17	41	—
Estremoz	J. Silva Tavares	1858	—	—	—	52	23
Estremoz	Pedro Carbo	—	—	—	—	25	—
Évora Monte . . .	Tomás Reynolds	1845	—	23	—	41	—
Évora	R. Villarbedó	1876	—	—	—	25	—
Évora	J. Abreu e Campos	—	—	—	—	—	9
Évora	J. José Fialho	—	—	—	—	—	9
Évora	João Marques	—	—	—	—	—	10
Évora	António Pais	—	—	—	—	—	9
Montemor	J. Pedro Matos	—	—	—	—	—	10
Montemor	A. José Vinagre	—	—	—	—	—	8
Montemor	C. Garrelon & C. ^a	—	—	—	—	—	20
Total		—	60 a 70	94	17	184	98

Das fábricas de cortiça existentes em 1881, a mais importante era a dos herdeiros de Robert Hunter Reynolds, não só pelo número de operários, mas também pelos maquinismos de que dispunha. Estes compunham-se de duas caldeiras para cozer a cortiça, que empregavam como combustível o refugo da mesma, uma máquina de calibrar, dois caixões para enfaixar e uma prensa inglesa de Hampson & Bettridge Old Beiley para enfardar³⁹. É possível

³⁸ *Inquérito Industrial de 1881*, parte II, vol. III, p. 14.

³⁹ *Ibid.*

que tenha sido nesta fábrica que se instalou uma máquina de vapor que em 1888 foi recenseada no distrito. Embora no inquérito de 1890 não apareça qualquer referência a esta fábrica nem à que o mesmo proprietário possuía na Azaruja, este facto deve-se a uma lacuna do inquérito, pois, em 1895, estas duas fábricas subsistem e empregam respectivamente 13 e 5 operários⁴⁰.

Em 1890, a indústria da cortiça tinha uma maior implantação na zona de Évora e Montemor do que na tradicional zona de Estremoz, o que se liga com a alteração verificada na indústria corticeira do distrito, que passou a dar apenas um primeiro tratamento à cortiça, o qual tinha a vantagem de lhe diminuir o peso e o volume e, conseqüentemente, o custo dos transportes, enviando depois a cortiça em prancha para a região de Lisboa para ser posteriormente exportada ou distribuída pelas fábricas aí existentes. Beneficiando da proximidade da matéria-prima e da existência de caminho-de-ferro, Vendas Novas tornou-se, na década de 90 do século passado, o principal centro corticeiro do distrito.

A par da indústria fabril, existia no distrito uma indústria rolheira de carácter oficial. Datando de épocas antigas, esta indústria subsistia ainda em 1890, altura em que existiam 11 oficinas em Évora, 3 em Montemor, 1 em Portel e 2 em Viana.

Uma outra indústria que conheceu um desenvolvimento importante na segunda metade do século XIX foi a indústria de moagem.

Em 1852 estabeleceu-se em Estremoz uma importante fábrica de moagem, na qual foi introduzida, no ano seguinte, uma máquina de vapor construída na fábrica de José Pedro Collares Junior & Irmãos, em Lisboa, com a força de 25 cv, podendo, quando reforçada, atingir os 30 cv⁴¹. Esta máquina fazia funcionar «2 joeiros, 8 moinhos e 6 peneiras, e podem trabalhar simultaneamente ou separadamente; mas os moinhos só podem trabalhar 4 a 5 horas seguidas, precisando depois de estar parados pelo espaço de duas horas para arrefecerem»⁴². Em 24 horas, cada joeiro tinha capacidade para joeirar 12 a 14 moios de cereal, cada moinho podia moer 24 a 28 moios e cada peneira peneirar 16 a 18 moios.

Alguns dos maquinismos utilizados na fábrica eram de origem estrangeira, como acontecia com os de amassar, que eram provenientes de Inglaterra, e os de joeirar e alguns de peneirar, que tinham vindo de França.

⁴⁰ Ana M. Cardoso de Matos, «A indústria alentejana na passagem do século XIX para o século XX — o caso do distrito de Évora», comunicação apresentada nas *I.ªs Jornadas Ibéricas del Patrimonio Industrial y la Obra Pública*, realizadas em Sevilha, em Outubro de 1990.

⁴¹ Esta fábrica fora estabelecida em 1809, conhecendo a partir de 1843 um grande desenvolvimento favorecido pelas pautas aduaneiras, que permitiram a diminuição de 15 % a 18 % no preço das máquinas fabricadas (Oliveira Marreca, *Obra Económica*, vol. II, Lisboa, IPED, 1987, pp. 66-67).

⁴² «Mapas com a relação das máquinas a vapor existentes nos concelhos», 1858, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 110.

Não se conhecem referências posteriores a esta fábrica, não se sabendo, por isso, se se viu obrigada a fechar ou se transitou para as mãos de outro proprietário.

O certo é que o proprietário inicial, José Rodrigues Tocha, estava também interessado noutros ramos industriais. Em 1860 pediu e foi-lhe concedido o privilégio como inventor de um processo de preparação de fosfato de cal solúvel, destinado ao fabrico de adubos artificiais⁴³. Nesse mesmo ano pediu a concessão provisória da mina de cobre de Cherez e Barcas, no concelho de Reguengos, e a concessão provisória da mina de manganés situada na Herdade de Almagreira, no concelho de Vila Viçosa⁴⁴.

Na década de 50 foi também instalada uma outra máquina de vapor na cidade de Évora, no estabelecimento de José Matias Carreira, com a potência de 20 cv. Esta máquina destinava-se à moagem de cereais e azeitonas e ao fabrico de sabão e aguardente. Tal como a máquina anterior, também esta foi construída na fábrica de José Pedro Collares Junior & Irmãos, em Lisboa.

Nas décadas seguintes foram instaladas outras fábricas de moagem: uma em Évora, na Rua da Lagoa, outra em Borba e uma terceira em Reguengos. Esta última pertencera à firma Beltran & Beltran, que fora criada em 1879 e se destinava à moagem de cereais e à fabricação de azeite, tarefas para as quais dispunha de duas máquinas de vapor, uma de 8 cv e outra de 3 cv⁴⁵. A curta duração desta fábrica deveu-se, em grande parte, ao fraco investimento feito para a sua instalação, pois, nos «quinze ou vinte anos anteriores a 1889, onde quer que a moagem se tivesse modernizado, devem ter-se obtido lucros enormes»⁴⁶.

Até 1887, o número de máquinas de vapor existentes no distrito de Évora aumentou para 14, destinando-se 11 dessas máquinas à moagem. Os dois concelhos em que as máquinas de vapor tiveram maior aceitação foram os de Évora e Estremoz, ou seja, aqueles em que, apesar de tudo, a indústria fabril tinha uma importância maior.

Algumas destas máquinas tinham tido já utilizações anteriores, como sucedia com a máquina existente em Montemor e com a existente em Borba. A primeira destas máquinas tinha pertencido à antiga Mina dos Monges. A máquina instalada em Borba tivera um percurso mais atribulado: «[...] serviu primeiro a um lagar de moer azeitona, em seguida de debulhadora, não deu resultado por não ter força suficiente, em seguida serviu a 2 moinhos para fazer farinha, mas a abundância de água que ha na localidade provou ao proprietário que não lhe convinha. Está parada ha 7 annos.»⁴⁷

⁴³ *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Indústria*, n.º 6, Junho de 1860.

⁴⁴ *Ibid.*, n.º 11, Novembro de 1860, p. 360, e n.º 1, Janeiro de 1861, p. 6.

⁴⁵ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 541.

⁴⁶ Jaime Reis, «A Lei da Fome: as origens do proteccionismo cerealífero 1889-1914», in *Análise Social*, Lisboa, n.º 60, 1979, pp. 745-793.

⁴⁷ «Carta do administrador do concelho de Montemor dirigida ao governador civil de Évora», 28 de Novembro de 1888, e «Carta do administrador do concelho de Borba dirigida ao governador civil de Évora», 1 de Janeiro de 1889, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 271.

Máquinas de vapor existentes no distrito de Évora em 1887

Concelho	Número total	Total de cavalos-vapor	Local de construção		Indústrias											
					Moagem		Serração		Cortiça		Destilação		Desnatação		Agricultura	
			Portugal	Estrangeiro	Número	Cavalos-vapor	Número	Cavalos-vapor	Número	Cavalos-vapor	Número	Cavalos-vapor	Número	Cavalos-vapor	Número	Cavalos-vapor
Borba	1	8	—	1	1	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estremoz	7	111	—	7	4	84	1	10	1	7	—	—	—	—	1	10
Évora	5	48	1	4	5	45	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—
Montemor	1	?	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	(a)	—	—
Total	14	167	1	13	10	137	1	10	1	7	1	—	1	(a)	1	10

(a) Referem apenas que esta máquina é de pouca força, não indicando a sua potência exacta.

A indústria de lanifícios era uma indústria tradicional do Alentejo, assumindo ainda no princípio do século XIX grande importância em alguns pontos do distrito de Évora, como o Redondo, que era um conhecido e reputado centro de produção têxtil. Embora a produção têxtil aqui realizada fosse maioritariamente doméstica, em 1829 tinha-se estabelecido no Redondo uma fábrica de saragoças pertencente a José Marques Rozado & C.^a, a qual estivera, no entanto, parada desde 1831 a 1836. No início de 1837, o seu proprietário procurou reactivar a fábrica e dotá-la de alguns maquinismos. «Esta fábrica não se acha ainda completa por lhe faltar parte dos machinismos, cujo serviço é suprido braçalmente.»⁴⁸

O número de operários então existentes na fábrica ascendia a 19, dos quais 12 eram homens, 2 mulheres e 5 menores. A produção anual andava pelas 100 peças de saragoça, grossa e fina, as quais se vendiam pelo preço de 600 a 1600 réis.

Segundo o administrador do concelho, em 1837, esta fábrica encontrava-se em aumento, mas, entre esta data e 1845, a situação alterou-se. A fábrica passara, entretanto, a pertencer ao antigo mestre da mesma José António Epifânio Perdigão e nas oficinas de tingir, carducar, cardar, fiar, tecer, apisoar, prexar, tozar e prensar apenas se ocupavam, na altura, 6 homens, 1 mulher e 3 rapazes. O inquérito de 1852 ainda refere a existência de uma fábrica de lanifícios, mas que já só ocupava 6 operários.

A situação de decadência da fábrica não se altera nos anos seguintes. Em 1849 produziram-se 80 peças de saragoça, no valor de 1280\$000, tendo-se gasto na aquisição das matérias-primas necessárias 508\$940.

As dificuldades que esta fábrica tinha em escoar os seus produtos, conjuntamente com as dificuldades crescentes perante a concorrência de outras fábricas de lanifícios tecnicamente melhor apetrechadas, como era o caso das fábricas de Portalegre, cuja proximidade as tornava concorrentes nos mesmos mercados, devem ter contribuído para o seu encerramento.

Aliás, era ao nível da produção doméstica que a indústria de lanifícios assumia maior importância no distrito de Évora. O Redondo, onde «quase toda a gente do Povo, homens, mulheres e rapazes», se ocupavam na produção de saragoças, «uns servindo-se a si, outros aos maiores fabricantes», era em 1836 o maior centro têxtil da região. Nesse ano, estes fabricantes produziram 1000 peças de saragoça, em cujo fabrico tinham utilizado 2000 arrobas de lã, 280 arrobas de sumagre, 210 arrobas de caparrosa, 500 alqueires de azeite e 4 arrobas de anil⁴⁹.

A capacidade de produção era, no entanto, maior, pois os teares do Redondo não produziam mais por falta de consumo. A dificuldade de encontrar mercado para os tecidos era já sentida por estes fabricantes em anos

⁴⁸ «Relação das fábricas e officinas estabelecidas n'este distrito administrativo até o 1.º de Janeiro de 1837», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 246.

⁴⁹ «Mapas concelhos das fábricas existentes em 1836», ADE, núcleo do Governo Civil, maço 494.

Indústria de tecelagem em 1837

Concelho	Freguesia	Número de de teares	Pessoas empregadas					Quantidade e valor da produção
			Mestres	Homens	Mulheres	Menores	Total	
Arraiolos	Matriz	10	10	—	—	—	10	Tecidos de lã e linho: 618\$600 80 a 100 mantas a 1\$000 cada 620\$000 108\$000 250\$000 115 peças de saragoça: 1725\$000 250\$000 (b) (b) (b) (b) (b) 1250 peças de saragoça: entre \$400 e 1\$600 cada peça 800 peças de saragoça, 200 peças de estemenha, 300 cobertores, valor total, 14 440\$000
Estremoz	S. ^{lo} André	4	4	—	2	—	6	
Évora	S. Mamede	2	2	3	—	1	6	
Évora	S. Manços	1	1	1	—	—	2	
Évora	S. Miguel de Machede	5	5	—	—	2	7	
Évora	N. S. de Machede	5	—	32	35	31	98(a)	
Montemor	N. S. do Bispo	8	5	—	—	2	7	
Montemor	Santiago	2	8	3	13	—	24	
Montemor	Matriz	2	2	2	2	—	6	
Mourão	N. S. de Candeias	1	1	—	2	—	3	
Mourão	S. Brás	6	—	9	6	—	15	
Mourão	S. Brás	4	—	4	4	—	8	
Redondo	Matriz	—	—	300	400	50	750	
Reguengos	S. ^{lo} António	—	—	180	200	50	430	

A indústria no distrito de Évora

anteriores, razão por que em 1835 apresentaram um requerimento à Câmara dos Deputados no qual se queixavam da preferência dada pelo governo aos panos estrangeiros na fabricação de uniformes para o Exército.

Na sequência deste requerimento, Mouzinho da Silveira, embora não ponha em causa a liberdade de comércio, «nós fariamos um grande progresso na retrogradação das luzes do século, se acaso não admitíssemos este princípio», intervém a favor dos fabricantes do Redondo. Defende que «não havia cousa mais razoável do que dizerem os fabricantes do Redondo, quando o governo quizer vestir os seus soldados, há-de com muito tempo de antecedência fazer-nos aviso, para nós lá irmos à concorrência. Estou certo, que o Redondo ha-de vencer, e ser preferido, porque o governo ha-de reconhecer, que o seu pano é o melhor e mais barato»⁵⁰.

Os principais centros de produção de lanifícios eram, além do Redondo, Reguengos e a freguesia de S. Miguel de Machede, do concelho de Évora.

Os fracos recursos hídricos do Redondo determinaram que o apisoamento dos tecidos fabricados neste concelho fosse feito em Estremoz, onde a abundância de água facilitava esta tarefa.

Pisões existentes em Estremoz em 1836

Pisões	Proprietário	Matérias-primas	Produção	Número de operários
		Em 24 horas com água constante		
Pisão da Cova, em Rio de Moinhos	Manuel dos Santos Roza	3 carradas de greda e 1 carrada de lenha	80 cõnvados de sarragoças	5
Pisão do Laranjeiro, em Rio de Moinhos	Manuel dos Santos Roza	Idem	Idem	5
Pisão de Santiago, em Rio de Moinhos	Albina Thareza, viúva	Idem	Idem	5
Pisão do Fundeiro, em Rio de Moinhos	P. ^o Joaquim José Pinheiro da Silva	Idem	Idem	5
Pisão do Pano, em S. Bento de Ana Loura	André Nunes Monteiro	1 carrada de greda e 1 carrada de lenha	40 a 50 cõvados de pano	2

Foi também em Estremoz, na freguesia de Santa Maria, que se instalaram 4 lavadouros de lã, onde em 1837 trabalhavam 4 mestres, 56 homens e 12 menores. Aí se lavava anualmente uma média de «55 a 56 mil arrobas de lã suja que produzia 14 a 16 mil arrobas de lã lavada de valor médio 5\$400»⁵¹. Parte desta lã destinava-se aos fabricantes do distrito, sendo a restante absorvida por outras fábricas.

⁵⁰ Intervenção na sessão de 5/3/1835, in *Obras de Mouzinho da Silveira*, Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 1736.

⁵¹ ADE, núcleo do Governo Civil, maço 175.

A indústria de lanifícios, que em 1845 era ainda florescente em S. Miguel de Machede, de Évora, e na Matriz do Redondo, tendo-se mesmo registado aumento no número de pessoas ocupadas nesta actividade, decaí nestas duas regiões a partir da década de 60. No Redondo ainda se fabricaram 1000 peças de saragoça em 1867, mas em 1872 a produção estava reduzida a 500 ou 600 peças, cujo preço regulava entre 16\$000 e 18\$000. Além disso, a qualidade dos panos tinha decaído. A diminuição da produção era também motivada pelo aumento dos preços da lã, que desde 1850 seguiam uma tendência altista, que se acentua nos anos 60⁵².

A partir da segunda metade do século XIX, a importância da indústria têxtil do distrito de Évora tende a diminuir e, se em 1865 a pequena indústria ainda não tinha cedido completamente o lugar às fábricas, como sucedera no distrito de Portalegre, a concorrência das fábricas não podia deixar de se fazer sentir, limitando o consumo dos panos fabricados no distrito aos locais de produção. Situação esta que Fradesso da Silveira referiu no inquérito que fez sobre a indústria de lanifícios: «A indústria dos lanifícios no distrito de Évora tinha uma certa importância, quando em todo o paiz o trabalho era manual. Débil como agora está, sem machinas e sem capitaes, não é de presumir que se possa manter.»⁵³ E de facto não se manteve. Em 1872, os lanifícios tinham «muito pouco desenvolvimento pelo muito diminuto preço dos panos em virtude da carestia das lãs, e por não poder a mão-de-obra do jornaleiro competir com o motor empregado em fábricas a vapor»⁵⁴. Por isso, os teares do concelho do Redondo trabalhavam apenas por encomenda, produzindo menos do que em épocas anteriores devido «ao seu baixo preço e por taes trabalhos, não poderem competir com os das fábri-

Indústria de tecelagem em 1864 (a)

Concelho	Freguesia	Número de teares	Quantidade e valor da produção	
Arraiolos	Matriz e Igreja	10	57 mantas e 970 m de estemenhas	
Estremoz		3		
Évora	S. Miguel de Machede	9		
Montemor		3		
Portel		9		
Redondo	S. Bartolomeu	20		8000\$000 a 9000\$000
Reguengos		12		3000\$000
Total		66		

(a) Quadro elaborado com os dados apresentados por Fradesso da Silveira, *As Fábricas de Portugal. Indagações Relativas aos Tecidos de Lã*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, p. 56.

⁵² David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, Lisboa, 1989, vol. II, p. 38.

⁵³ Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, *As Fábricas de Portugal — Indagações Relativas aos Tecidos de Lã*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, p. 57.

⁵⁴ «Carta do administrador do concelho do Redondo para o governador civil de Évora», 11 de Outubro de 1872, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 227.

cas bem e modernamente montadas»⁵⁵, como acontecia com as de Portalegre ou as da Covilhã.

Travavam ainda o desenvolvimento desta indústria a entrada de contrabando e o baixo preço dos salários praticados. Em 1889, o preço do jornal de «sol a sol» era para as mulheres de 50 a 60 réis e para os homens de 200 a 300 réis.

No final da década de 80 apenas funcionavam em Reguengos 16 teares, que trabalhavam de encomenda, sendo o «serviço pago a um tanto o metro»⁵⁶. Os quatro teares existentes na vila teciam saragoças, estamenhas, cobertores e mantas e os restantes linhos, estopas e estamenhas. Na mesma altura restava no Redondo apenas «um pequeno número de indivíduos que em suas casas e sem prejuízo de outros mesteres se encarregavam de preparar, cardar, fiar e tecer em pequena escala», que eram «os restos d'uma importante fábrica e desenvolvida indústria que aqui existia ha annos e que chegou a ter cento e tantos teares»⁵⁷.

CONCLUSÃO

No distrito de Évora, a indústria desenvolveu-se tendo em conta as matérias-primas disponíveis. Daí que as actividades que conheceram um maior desenvolvimento tenham sido os lanifícios, os curtumes e, posteriormente, a cortiça e a moagem de vapor.

A desorganização económica das décadas de 20 e 30 fez-se sentir ao nível da indústria do distrito, principalmente pelas dificuldades de escoamento dos produtos manufacturados, que, visando o mercado local, se confrontavam com uma população que dispunha de fraco poder de consumo e que, por isso, se via obrigada a canalizar o grosso das suas disponibilidades para a aquisição de bens essenciais.

No final da década de 30 e no princípio da década de 40, o desenvolvimento da indústria estava limitado pela incapacidade de alargamento do mercado local. Eram várias as pequenas fábricas e oficinas que não aproveitavam ao máximo as suas capacidades produtivas, como era o caso das fábricas de sola de Montemor, dos pisões de Estremoz ou dos teares do Redondo.

O desenvolvimento das comunicações e o surgimento de novas formas de comércio, como as lojas, os armazéns e os caixeiros-viajantes, através dos quais as grandes fábricas introduziam nas regiões mais isoladas do País os seus produtos, criaram, a partir da segunda metade do século XIX, condições novas de concorrência nas regiões interiores. O isolamento destas regiões

⁵⁵ «Carta do governador civil de Évora para o Ministério das Obras Públicas», 4 de Janeiro de 1873, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 227.

⁵⁶ «Carta do administrador do concelho de Reguengos para o governador civil de Évora», 8 de Janeiro de 1889, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 271.

⁵⁷ «Carta do administrador do concelho do Redondo para o governador civil de Évora», 23 de Janeiro de 1889, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 271.

tinha permitido que algumas indústrias tradicionais, como os lanifícios e os curtumes, subsistissem ainda umas décadas, apesar dos arcaicos métodos de fabrico que utilizavam.

Daí que a abertura do mercado aos produtos provenientes de fábricas tecnicamente melhor apetrechadas, que, pelos preços praticados e pela maior qualidade dos seus produtos, facilmente encontraram aceitação nos mercados do interior, tenha colocado a indústria tradicional destas zonas numa situação precária. Sem capitais disponíveis, a pequena indústria fabril e oficial mostrou-se incapaz de alterar qualitativamente a sua produção. As dificuldades de introdução de maquinismos e de novas técnicas estavam também ligadas com a falta de formação da mão-de-obra e com a inexistência de uma cultura técnica, que dificultou a alteração dos processos de fabrico.

Assim, a Pauta de 1837, mesmo depois de revista em 1841, se protegeu a indústria mais desenvolvida e localizada em regiões geográficas mais privilegiadas, pela limitação da concorrência estrangeira, não afastou a concorrência das indústrias mais desenvolvidas e que utilizavam novas técnicas sobre as indústrias localizadas em zonas periféricas. Pelo contrário, é possível que, ao favorecer o desenvolvimento das grandes unidades fabris dotadas de maquinismos modernos, a pauta tenha incentivado a pressão que essas fábricas vão exercer nos mercados do interior, onde concorriam em posição vantajosa.

A partir da década de 1840, a recuperação industrial de Lisboa deve ter contribuído para aumentar o envio de produtos manufacturados da capital para o distrito de Évora. Em 1845, o governador civil deste distrito referia que «As manufacturas n'esta cidade [Évora] teem decahido de maneira que não ha hoje em ponto grande uma unica officina, que possa ser incluída n'este mappa; e esta decadência procede de mandarem vir de Lisboa (os que os precisão) os objectos assim de mobília, como de vestir, calçar, e todos os outros objectos de mero luxo, e que exigem perfeição»⁵⁸. A maior introdução de produtos provenientes da capital liga-se também com a alteração dos padrões de consumo e com a incapacidade dos fabricantes locais de reconverterem a sua produção. Veja-se o caso dos lanifícios. A difusão do uso de tecidos de algodão, que, a partir dos centros urbanos, irradiou para o campo, alterou a procura, relegando para lugar secundário as saragoças e estamenhas, que constituíam uma parte importante da produção do distrito.

Da mesma forma as botas, os sapatos e os chinelos fabricados em Évora foram sendo gradualmente substituídos por outros vindos da capital e dos 93 sapateiros que aí existiam em 1837 apenas restavam 22 em 1889.

Assim, o distrito de Évora foi, na segunda metade do século XIX, marcado por um processo de desindustrialização ao nível das indústrias com tradição na região, como era o caso dos lanifícios e dos curtumes. As indústrias da cortiça e da moagem a vapor seguiram uma evolução diversa. Implantadas em meados do século XIX, só na passagem para o século XX se irão confrontar com dificuldades económicas.

⁵⁸ «Relação das fábricas e officinas», 1845, ADE, núcleo do Governo Civil, maço 246.